

A MUSICOTERAPIA SOB UM OLHAR POLÍTICO: REFLEXÕES A PARTIR DE ENTREVISTAS

Marina Reis¹
Marina Freire²

Resumo: O fazer político de uma população está diretamente relacionado ao contexto no qual a política está inserida. Neste trabalho, conceituamos e refletimos sobre *políticas* - como chamaremos o conjunto que inclui política, o fazer político, organização de classe, representação de classe e políticas públicas - para discutir questões da Musicoterapia enquanto profissão. Esta pesquisa tem como objetivo observar e discutir como musicoterapeutas e estudantes de Musicoterapia se relacionam com política e classe. Para isso, o presente trabalho utiliza de entrevistas semiestruturadas realizadas com dez pessoas, estudantes e profissionais de Musicoterapia, gravadas em áudio, transcritas e analisadas individualmente, fundamentando-se na pesquisa qualitativa de *análise crítica*. A metodologia de análise foi conduzida seguindo as etapas: (1) Transcrição dos áudios; (2) Resumo das entrevistas; (3) Separação por temas; (4) Agrupamento das entrevistas por temas e subtemas; (5) Análise de cada tema e subtema; (6) Revisão de temas para se adequar a novas percepções; (7) Resumo das análises e (8) Discussão de cada tema. As respostas são discutidas sob a ótica dos conceitos de *políticas* que fundamentam o trabalho. Compreendemos que a Musicoterapia ainda tem um longo caminho político no que diz respeito a temas sobre a profissão, necessitando de mais estudos nessa área.

89

Palavras-Chave: Musicoterapeuta. Política em Musicoterapia. Discussão de Classe. Órgãos de representação profissional.

1 Graduada em Bacharelado em Música Habilitação em Musicoterapia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2019). <http://lattes.cnpq.br/1107046059340390>

2 Orientadora do trabalho. Musicoterapeuta, professora assistente do Bacharelado em Música Habilitação Musicoterapia da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Música (2019) e Mestre em Neurociências (2014) pela mesma universidade. Bacharel em Musicoterapia (2007) pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). <http://lattes.cnpq.br/1301269894536856>

MUSIC THERAPY UNDER A POLITICAL VIEW: REFLECTIONS FROM INTERVIEWS

Marina Reis
Marina Freire

Abstract - The way a population makes politics is directly related to the context in which it is inserted. In this paper, we conceptualize and reflect on politics - as we will call the ensemble that includes politics, political making, professional organization, professional representation and public politics - to discuss issues of Music Therapy as a profession. This research aims to observe and discuss how music therapists and music therapy students relate to politics and class. Because of this, the present work uses semi-structured interviews conducted with ten people, students and professionals of Music Therapy, recorded in audio, transcribed and analyzed individually, based on qualitative research of *critical analysis*. The analysis methodology was conducted following the steps: (1) Transcription of audios; (2) Summary of the interviews; (3) Separation by themes; (4) Grouping the interviews by themes and sub-themes; (5) Analysis of each theme and sub-theme; (6) Review of topics to adapt to new perceptions; (7) Summary of analysis and (8) Discussion of each topic. The answers are discussed from the perspective of the policy concepts that underlie the work. We understand that Music Therapy still has a long political path with regard to themes about the profession, requiring further studies in this area.

Keywords: Music therapist. Music Therapy and Politics. Professional discussion. Professional representation.

1. INTRODUÇÃO

A introdução deste trabalho será dividida em dois temas: 1.1. Políticas e 1.2. A profissão Musicoterapia. Ao longo dela, serão apresentados conceitos de política; organização e representação de classe – com foco na classe profissional/trabalhadora de Musicoterapia – e políticas públicas para, posteriormente, uni-los a conceitos de Musicoterapia, explicando a divisão entre Disciplina e Profissão e as formas de se fazer pesquisa nessa área.

Ao apresentar alguns pontos do trabalho (como a motivação, os resultados e a discussão) será utilizada a primeira pessoa do singular para consolidar a pesquisa qualitativa, que se fundamenta na subjetividade de quem pesquisa e para diferenciar mais claramente, no texto, o que é fala da entrevistada³ e o que é reflexão da primeira autora/entrevistadora.

1.1. POLÍTICA

O contexto no qual a política está inserida, e as suas definições, estão diretamente relacionadas com o fazer político da sua população. Para conceituar e refletir sobre *políticas* - conjunto que inclui política, o fazer político, organização de classe, representação de classe e políticas públicas - serão utilizados, como referência, conceitos de Lukács (1920), Foucault (1979), Guattari (1996) e Latour (2004) .

Considerando a amplitude dos conceitos de política, elegeu-se trabalhar com uma das possíveis formas de separar, classificar e entender política: *macropolítica* (CHAVES, 2014) e *micropolítica* (GUATTARI, 1996). É importante ressaltar que essas definições são inseparáveis. No entanto, estão sempre em conflito, já que a *macropolítica* pode ser definida pelas normas impostas por alguém ou algo, as regras e formas como conjuntos sociais devem funcionar, e a *micropolítica* se relaciona com o agir cotidiano das pessoas, na relação entre si e no cenário em que se encontram. Por haver esse constante movimento e conflito, há potência de mudança, transformando a *macropolítica* a partir das *micropolíticas* existentes naquela sociedade (FRANCO, 2006; CHAVES, 2014). Sobre essa relação e movimento,

³ Optamos por utilizar, ao longo de todo o texto, pronomes femininos quando falando sobre um grupo composto por pessoas de diferentes gêneros, de forma a evocar a palavra pessoa(s) e não gêneros.

Foucault (1979) diz que o aparelho de Estado não detém o poder e que, portanto, nada na sociedade se transformará se os mecanismos de poder que funcionam ao lado destes aparelhos, a um nível abaixo, mais elementar, cotidiano, não forem modificados.

Para além de outras possíveis definições sobre política ou *políticas*, faz-se necessário discorrer sobre a relação social entre a política e suas possíveis razões de ser. Segundo Latour (2004, p. 11) é “como se o falar político tivesse se tornado uma língua estrangeira, o que nos priva pouco a pouco, enquanto sociedade, de mais possibilidades de nos exprimir”. Esse autor discorre sobre conceituações e reestruturações de sociedade, considerando que a sociedade não existe e que, portanto, é preciso criá-la, necessitando de meios e sendo a política um desses meios. Essa explicação se refere com mais clareza ao conceito de *micropolítica*, já que as autoras citadas consideram que *macropolítica* é um resultado do fazer político que se estabelece e que essas duas formas são fluidas e se misturam no fazer social.

Por política, não entendo as conversações que dizem respeito a assuntos direta e explicitamente políticos, como eleições legislativas, corrupção dos eleitos, leis que seriam necessárias votar. Não pretendo também restringir o termo ao que sai da boca de homens e mulheres ditos políticos, como se existisse uma esfera ou um domínio próprio que se diferenciasse do econômico, do social, do legal, etc (LATOURE, 2004, p. 13).

A política, segundo Latour (2004, p.18), está diretamente relacionada com o “falar político”, que define como algo que “visa a fazer existir aquilo que, sem ele, não existiria: o público como totalidade provisoriamente definida”, já que considera que a sociedade é um agrupamento de pessoas e que não há (re)agrupamento sem uma palavra mobilizadora, papel do falar e do fazer político. Assim, “para que cada agregado se delineie, se ‘redelineie’, é preciso uma dose particular de política que lhe seja adaptada.” (LATOURE, 2004, p. 20). Uma das funções da política e dos fazeres políticos é possibilitar que as pessoas não sigam em inércia, repetindo fielmente informações, mas que haja o pensar, agir e falar político, para que se unam e possam realizar mudanças em si e no contexto em que vivem.

A partir disso, é possível iniciar a conceituação de classe e de representação de classe. Segundo Lukács (1920), a forma como a sociedade é dividida em classes deve ser definida pelo lugar ocupado no processo de produção, o que gera identificação e coloca

povos inteiros em movimento, possibilitando uma transformação histórica. Já Aguiar (2009) considera que a classe surge como a união de práticas coletivas e comuns – econômicas, políticas e culturais – dentro de um processo. Assim, o conceito de classe, para esse autor, carrega um grau de dinamismo e plasticidade histórica e, ao mesmo tempo, é capaz de ser uma realidade sociológica concreta.

Dentro da noção de classe, é necessário falar de representação – característica que está presente em todas as formas contemporâneas de união de pessoas com algum interesse em comum e que, de alguma forma, fazem parte de uma classe. A representação, segundo Latour (2004), está passando por um processo de crise, relacionada à imposição da transferência de informação. Ele diz que sempre seremos “infelizmente representadas”, pois a informação não é passada fielmente – de quem representa para as pessoas e das pessoas para quem representa - assim como acredita que uma multidão de pessoas não obedece à ordem e está sempre lutando contra ela. Ainda segundo o mesmo autor, as *micropolíticas* funcionam quebrando e reestruturando as *macropolíticas* - a multidão quebra, questiona, não obedece e muda a representação ali posta, constantemente. Havendo, portanto, uma permanente *crise de representação* (LATOURE, 2004).

Essa característica faz com que eventos aconteçam no mundo e que não sejamos fixos, que haja “(re)agrupamentos” nas classes. Sem isso não haveria representação, comando, obediência ou, até mesmo, pertencimento. O destino de certa classe, segundo Lukács (1920), depende da sua capacidade de ver com clareza, de forma a se unir e solucionar questões que são apresentadas por problemas culturais e pela própria evolução histórica.

Para realizar a impossível proeza de (re)compor um grupo a partir de uma multiplicidade [...] é necessário sobretudo não começar com seres com opiniões definidas, com interesses firmemente estabelecidos, com identidades definitivas e com vontades firmes. [...] Se passássemos a “reconhecer” todos os pertencimentos, a “levar em conta” todos os interesses, a “escutar” todas as opiniões, a “respeitar” todas as vontades, não chegaríamos nunca a fechar o círculo, porque as multiplicidades triunfariam, obstinadamente amparadas na sua irreduzível diferença. (LATOURE, 2004, p. 35).

1.2. A PROFISSÃO MUSICOTERAPIA

Estudando as definições de Musicoterapia descritas por Bruscia (2000), é possível perceber que tratam prioritariamente de questões clínicas; por exemplo, o autor define a Musicoterapia como um processo sistemático de intervenção em que a/o musicoterapeuta ajuda a promover a saúde (BRUSCIA, 2000). Entretanto, o próprio autor explica que a Musicoterapia tem dupla identidade: como uma “disciplina”, é um corpo organizado de conhecimento composto de teoria, prática e pesquisa, relacionada com a utilização terapêutica da música e aos processos musicoterapêuticos; e como uma “profissão”, é um grupo organizado de pessoas utilizando o mesmo corpo de conhecimento em sua atividade como clínicas, educadoras, administradoras, supervisoras, etc - neste caso, voltado para a(o) profissional de Musicoterapia e toda a sua ação, inclusive política e social.

Por conta dessa identidade dupla, também a pesquisa em Musicoterapia pode ser dividida em dois grupos. Quando há o foco na disciplina, a pesquisa é centrada na(o) cliente, já quando é na profissão, o centramento é na(o) terapeuta.

Enquanto a pesquisa sobre a disciplina se interessa pela forma como os musicoterapeutas interagem com seus clientes utilizando a música com objetivos terapêuticos, a pesquisa sobre a profissão está interessada na forma como os musicoterapeutas interagem entre si e com outros profissionais, e nas condições educativas, políticas e socioeconômicas que afetam a disciplina (BRUSCIA, 2000, p. 257).

Assim como observado na definição por Bruscia (2000), também as pesquisas mais comumente encontradas em Musicoterapia, no Brasil, são pesquisas sobre a disciplina, discutindo métodos/técnicas e avaliando efeitos de tratamento musicoterapêutico com diversos públicos, como crianças com distúrbios do neurodesenvolvimento, pessoas idosas e hospitalizadas (SILVA et al., 2012; SAMPAIO et al., 2015; OLIVEIRA et al., 2014; SANTANA et al., 2014; OLIVEIRA et al., 2012). São escassas pesquisas que envolvam o tema da profissão, ou que discorram sobre o ponto de vista de estudantes e profissionais a respeito da Musicoterapia.

Dentre as publicações encontradas sobre o tema supracitado, encontram-se temas como a regulamentação da profissão (FREIRE, 2007), organização coletiva e política da profissão Musicoterapia (SANTOS et al., 2009), reflexão histórica entre paradigmas e a

formação de musicoterapeutas (MARANHÃO, 2008), estudos que analisam os currículos da formação de musicoterapeuta (CORRÊA, 2017) e a relação entre musicoterapeutas e políticas públicas (CHAGAS et al., 2018). Dentre as publicações citadas, Freire (2007) utiliza de entrevistas com musicoterapeutas a fim de compreender mais a fundo o ponto de vista de profissionais a respeito de sua profissão, tendo relação direta com a metodologia utilizada nesta pesquisa.

As necessidades de discussões e reflexões, que sempre permearam a história da Musicoterapia no Brasil, também fizeram parte da fomentação deste trabalho, acompanhadas pelos questionamentos: 1) qual o motivo desta dificuldade de mobilização?, 2) como musicoterapeutas veem a identidade de classe em Musicoterapia? e 3) como é a visão política da classe e qual sua relação com a Musicoterapia?

A motivação para esta pesquisa surgiu com observações pessoais, a partir de vivências ao longo da graduação em Musicoterapia, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na qual houve o sentimento de falta de discussões políticas, de entender como a política era vista e vivida na Musicoterapia e de saber como é percebido o ser musicoterapeuta no Brasil e em Minas Gerais. Neste ínterim, foi possível perceber, em conversas, congressos e discussões, que eram observações e dúvidas compartilhadas por muitas pessoas, mesmo com histórias pessoais e coletivas diferentes, vivendo em lugares e contextos diversos.

Surgiram, então, algumas hipóteses: 1) estudantes e profissionais de Musicoterapia não se percebem como um coletivo e sim como pessoas em formação que, individualmente, buscarão formas de se entender como musicoterapeutas e de se encontrar no mercado de trabalho - sempre com foco em atendimentos e na Musicoterapia como disciplina. 2) o fato de o curso ser focado nos temas da disciplina, assim como a grande maioria de pesquisas em Musicoterapia, pode gerar essa sensação de que a única opção em Musicoterapia é o aperfeiçoamento para a prática clínica, sem a criação de reflexões e a construção de consciência coletiva e de classe.

A partir das hipóteses e questionamentos aqui citados, surgiu a ideia para esse trabalho, com o objetivo de observar e discutir como um recorte da classe se vê como coletivo. Essa resposta também é procurada em trabalhos de Musicoterapia sobre temas da profissão, apresentados a seguir, a fim de possibilitar a criação de outras hipóteses e questionamentos sobre como estamos politicamente e como classe profissional.

2. METODOLOGIA

2.1. FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa qualitativa não é a mais comum de se observar em pesquisas da área saúde, das ciências exatas e positivistas, sendo um tipo de pesquisa muito utilizada nas ciências humanas (LAVILLE; DIONNE, 1999). É um tipo de pesquisa que está ganhando espaço a partir de uma mudança paradigmática da ciência, com mudanças no conceito de forma de validação.

É possível afirmar que a pesquisa qualitativa tem foco na profundidade e entendimento subjetivo de uma questão, com a crença de que essa profundidade permite alcançar a essência do fenômeno. Assim, não é possível ou ético usar de generalizações, como é feito na pesquisa quantitativa (FREIRE, 2007).

Para que este tipo de pesquisa atinja o objetivo almejado, é necessário ter sensibilidade às informações, à situação e às pessoas envolvidas. Principalmente pois essas informações serão interpretadas levando em conta o entendimento subjetivo da pessoa que está pesquisando. Considerando este tipo de coleta e análise de dados, é importante lembrar que qualquer tipo de pesquisa é válida dependendo da confiança transmitida pela pesquisadora e da ética seguida no fazer da pesquisa, em cada uma de suas etapas. No entanto, na pesquisa qualitativa, essa necessidade de confiabilidade é acentuada por depender da subjetividade dessa pessoa e não possuir dados estatísticos que possam ser usados como comprovação ou refutação de um argumento. Para que isso ocorra, é necessário lembrar e deixar claro que a pesquisadora é uma pessoa histórica e social,

com uma conjuntura própria, pesquisando um contexto específico, buscando informações sensíveis e almejando a transformação da realidade. (RICHARDSON, 1999; FREIRE, 2007).

Considerando as características e a importância das pesquisas qualitativas, é importante ressaltar que existem diversas maneiras de realizá-las. De acordo com Laville e Dionne (1999, p. 165-196), a opção mais comum é a observação de fenômenos, relação das ciências humanas com as ciências naturais. No entanto, ainda segundo essas autoras, há também uma outra maneira, reconhecida e comprovada, própria das ciências humanas, que consiste em colher os depoimentos de pessoas que detêm essa informação. A partir desses depoimentos, é possível explorar os conhecimentos das pessoas, suas representações, crenças, opiniões, sentimentos, esperanças, projetos, etc.

Há diversas maneiras de se chegar a esses objetos de estudo, entre elas, os questionários e entrevistas. O presente trabalho foca na metodologia de entrevistas semiestruturadas, que consiste em uma série de perguntas abertas, seguindo temas pré-definidos, realizadas verbalmente e em uma ordem prevista, mas na qual pode-se acrescentar, mudar de ordem ou excluir perguntas (LAVILLE; DIONNE, 1999). Essa escolha se deu porque as entrevistas semiestruturadas permitiam que a pesquisadora/entrevistadora pudesse manter o foco nos objetivos da pesquisa até o final, mudando ordens e incluindo ou excluindo perguntas para compreender melhor o tema, como um bate-papo focado, deixando espaço para que entrevistadora e entrevistadas tivessem liberdade de atuação e não perdessem a espontaneidade.

Para analisar as entrevistas, foi adotada a *Análise Crítica* que, segundo Richardson (1999), tem efeitos importantes na pesquisa qualitativa. Ele explica que, nesse tipo de análise, é necessária uma *prática reflexiva*, que se relaciona com o modo que pesquisadoras qualitativas administram as reflexões e articulações entre as respostas das entrevistadas. Por isso, na *análise crítica*, é válido a pesquisadora fazer reflexões e relatar a fala das entrevistadas enquanto coloca suas impressões e interpretações, pautado em um contexto epistemológico (RICHARDSON, 1999). Assim, vale ressaltar que a pesquisadora tem consciência de suas interferências e influências e tem espaço para encontrar sua própria voz no processo de discussão (FREIRE, 2007).

2.2. PARTICIPANTES E ENTREVISTAS

Escolhi realizar dez entrevistas⁴, a partir de uma divisão em categorias que acreditei favorecer as análises e discussões acerca do tema. A pesquisa focou na Musicoterapia em Minas Gerais e foi realizada com pessoas que tiveram ou têm algum vínculo com o curso de Musicoterapia da UFMG, que funciona na Escola de Música da UFMG desde 2009, e anualmente oferece 15 vagas. Foram utilizados nomes fictícios para preservar a identidade das entrevistadas. As categorias separadas foram:

- Uma estudante de cada ano do curso de Musicoterapia da UFMG:
- Joana, mulher, entre 17 e 20 anos, cursando o segundo semestre;
- Virgínia, mulher, entre 17 e 20 anos, cursando o quarto semestre;
- Maria, mulher, entre 21 e 25 anos, cursando o sexto semestre;
- Leila, mulher, entre 21 e 25 anos, cursando o oitavo semestre;
- Duas docentes do curso de Musicoterapia da UFMG⁵:
- Carlos, homem, entre 30 e 60 anos, formado há mais de seis anos;
- Olga, mulher, entre 30 e 60 anos, formada há mais de seis anos;
- Quatro pessoas formadas em Musicoterapia pela UFMG:
- Rosa, mulher, entre 21 e 25 anos, envolvida com um órgão de representação de classe, formada há menos de três anos;
- Horácio, homem, entre 21 e 25 anos, envolvido em movimentos políticos no cenário local, formado há menos de três anos;
- Eric, homem, entre 26 e 30 anos, formado há menos de um ano;
- Cecília, mulher, entre 55 e 60 anos, formada há mais de seis anos.

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas pela pesquisadora/entrevistadora deste trabalho.

4 A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais pelo CAAE 20283619.2.0000.5149.

5 Não serão fornecidas mais informações das docentes entrevistadas, por questões éticas, para preservar ao máximo, suas identidades.

Como as entrevistas foram semiabertas, as perguntas se modificaram com cada pessoa, dependendo de respostas anteriores, mas sempre seguindo os temas que foram organizados inicialmente: Dados; Integração da classe; Políticas e Organização de Classe em geral; Políticas em Musicoterapia; Políticas Públicas e Musicoterapia; Relação entre órgãos de representação de classe, posição política atual da Musicoterapia e regulamentação.

2.3. ANÁLISES

A análise das respostas, fundamentada na subjetividade da pesquisa qualitativa e no conceito de *análise crítica* (item 2.1), obedeceu a seguinte ordem definida pelas autoras: (1) Transcrição dos áudios; (2) Resumo de cada entrevista; (3) Separação das respostas pelos temas iniciais; (4) Agrupamento de todas as entrevistas por temas e subtemas - que foram considerados a partir dos agrupamentos; (5) Análise de cada tema e subtema; (6) Revisão de temas para se adequar às análises e a novas percepções; (7) Resumo das análises de cada tema e (8) Discussão de cada tema.

Durante a revisão dos temas (etapa 6), percebi que um reagrupamento e redivisão dos temas ajudaria no aprimoramento e fluência da discussão. Assim, os temas passaram a ser: (a) Política; (b) Organização e Discussão de Classe e Política em Musicoterapia; (c) Políticas Públicas e Musicoterapia; (d) Regulamentação da Musicoterapia; (e) Órgãos de representação de Classe em Musicoterapia.

As análises foram divididas por esses temas e a apresentação dos resultados e discussão será feita a partir dessa divisão. Optei por apresentar os temas nesta ordem decrescente, partindo de algo mais amplo – Política – e finalizando com temas específicos sobre a Musicoterapia – regulamentação da profissão e órgãos de representação de classe.

Além disso, é importante ressaltar que os resultados aqui apresentados não são uma generalização social. Fazem parte de um recorte realizado com as entrevistadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas tiveram duração média de 28 minutos, sendo a mais curta de dez minutos - com Joana - e a mais longa de 78 minutos - com Horácio. Todos os temas foram pensados para possibilitar reflexões sobre como as entrevistadas estavam pensando *políticas* e organização de classe em geral e em Musicoterapia. A seguir serão apresentados os resultados e discussões das entrevistas, pelos temas encontrados.

3.1 POLÍTICA

Para esse tema foram realizadas perguntas sobre política - como, por exemplo, “o que é política para você?” e “considera que já participou ou participa de ações políticas?”. O objetivo dessas perguntas era compreender quais os conceitos de política cada entrevistada possuía e como considerava que era sua participação em ações políticas. A análise desse tema foi realizada a partir desse objetivo e com base nos conceitos apresentados na introdução.

Metade das pessoas entrevistadas (cinco) - Joana, Virgínia, Maria, Leila e Eric - disseram que explicar o que é política é uma tarefa difícil e tiveram dificuldade em estruturar sua resposta. Dentre as explicações do motivo da dificuldade, duas se destacaram: “política é algo que se sabe, mas não se sabe explicar”, resposta de Maria, e “não sou uma pessoa boa com política. Não sou uma pessoa política”, resposta de Eric. Este destaque se deu pois demonstraram, para mim, o que mais foi observado dentre todas as entrevistas. Essas pessoas também responderam que não consideram ter participado de ações políticas e, considero importante ressaltar, são pessoas com relações próximas com o corpo discente de Musicoterapia da UFMG - já que Maria é estudante e Eric se formou há menos de um ano.

Considerando essas visões e essa interpretação sobre elas, acho importante citar que, dentre as dez entrevistadas, sete - Joana, Virgínia, Maria, Leila, Eric, Rosa e Cecília - falaram sobre política se baseando em política eleitoral e/ou governamental - ou alguma outra forma de *macropolítica*. A junção disso com a dificuldade de responder as perguntas desse tema pode demonstrar algumas travas decorrentes da atual forma de se olhar política, já que “atualmente vivenciamos no Brasil um território de embates” (CHAGAS, 2018).

As pessoas que, no fim, definiram política, responderam de forma variada. Rosa direcionou a resposta para o conceito de “política ser algo feito pelo povo e para o povo”, que “proporciona melhorias para as pessoas, com organização de regras, direitos e deveres’ - muito relacionado, na minha interpretação, com a *macropolítica* e a política governamental. Já Olga respondeu que “política é uma relação básica. É como os seres humanos se relacionam. Toda relação é política”, Carlos disse que “políticas são as relações, a forma como a gente vai construindo as relações e como isso sustenta. [...] As microrrelações, as relações pequenas, como é que vão sustentando as macro” e Horácio definiu como “mais uma forma de estar nesse mundo” - Interpreto essas respostas de forma a relacioná-las com o conceito de *micropolítica* trazido na introdução (LATOURET, 2004). Rosa disse também que, para que haja política, é importante discuti-la.

Sobre participação em ações políticas, seis pessoas - Maria, Carlos, Olga, Horácio, Rosa e Cecília consideram já ter participado ou participar de algum tipo de ação. Rosa e Carlos consideraram e citaram movimentos estudantis. Carlos, Rosa Olga e Horácio citaram ações políticas envolvendo a área da saúde e o meio de trabalho - musical, acadêmico e musicoterapêutico. Horácio também disse que participa de ações políticas cotidianamente pois “meus atos são políticos, minhas decisões são políticas, meu corpo é político”. Cecília disse “antigamente eu era completamente apolítica”, mas posteriormente se reformulou e disse considerar que sempre participou de ações pois “sempre fui uma pessoa política. Eu não fazia política pública, mas nas conversas eu sempre abordava muito esse assunto e me manifestava”. Maria citou ações eleitorais “fiz campanha pra uma pessoa que candidatou a vereador na última eleição”. Foi possível observar, na minha interpretação, que dentre as pessoas que consideram já ter participado de ações políticas, as definições do que são essas ações passam pelo mesmo campo das definições do que é política - da *macro* para a *micropolítica* - as pessoas responderam sobre ações relacionadas com suas definições de política.

Por meio das reflexões que surgiram com as entrevistas e das ligações possíveis entre conceitos de política e participação em ações, trago a ideia de que nossos paradigmas são constituídos no nosso mundo interno e que suas modificações acontecem a partir do contato com outras pessoas, ambientes e coisas, e são refletidas nas ações e construções que surgem no fazer social.

3.2 ORGANIZAÇÃO E DISCUSSÃO DE CLASSE E DISCUSSÃO POLÍTICA EM MUSICOTERAPIA

As respostas sobre organização de classe foram variadas. Eric disse “classes sociais? Acho que seria divisores. Talvez isso estaria dividindo os Musicoterapeutas? Não sei” e que considera nunca ter participado de ações de discussão e/ou organização de classe. Leila disse que discussão de classe é defender ideias para outras pessoas, falou de classe social e profissional e considerou já ter participado de discussões de classe dentro da graduação, em supervisões de estágios. Virgínia e Eric falaram que entendem organização de classe como classe socioeconômica, Horácio e Leila falaram de classe socioeconômica e profissional e Cecília falou da classe profissional.

Para além das duas classificações anteriores - profissional e socioeconômica - surgiram definições do que é essa organização, como na resposta de Carlos: “a classe se entende enquanto tal e olha pro outro enquanto iguais, se organizando para ter uma representação macro.” Relacionei essa resposta aos conceitos de Latour (2004) apresentados na introdução - sobre representação, relação com a representação, necessidades da classe e a eterna *crise de representação*.

Rosa disse que organização de classe é “se unir para lutar por melhorias” e que considera que os órgãos de representação, como associações e conselhos, são o caminho para a organização de classe acontecer. Escolhi destacar essa resposta pois interpretei que pode não haver a percepção da classe existindo para além de órgãos de representação. Indo ao encontro de Latour (2004), entendo que a *macropolítica* se dá a partir da união das pessoas na *micropolítica* e que, a partir dessa *micropolítica*, a classe pode se organizar e reorganizar, transformando a *macropolítica*, com *crises de representações*

e reorganizações. Assim, interpretei que nessa resposta pode não haver sentimento de pertencimento ou uma sensação de união, coletividade e responsabilidade dentro da *micropolítica*, responsabilizando os órgãos de *macropolítica* pelo destino dessa classe.

Sobre discussão de classe, cinco pessoas disseram já ter participado de alguma ação com esse tema. Percebi que os contextos trazidos nas respostas foram variados. Rosa apontou reuniões fechadas de diretoria de órgãos de representação, Carlos apontou o processo inicial de regulamentação de Musicoterapia, Horácio citou movimentos políticos, que geraram discussão de classe, ao longo de sua graduação, Olga considerou participação através de congressos no período de sua graduação e Leila considerou a participação dentro da graduação, em aulas e supervisões de estágios.

Quando entramos na discussão política envolvendo Musicoterapia, Joana, Virgínia, Maria, Leila, Eric, Olga e Carlos disseram nunca ter participado. Rosa, Cecília e Horácio consideram que participaram destes momentos em congressos, fóruns ou eventos de Musicoterapia. As respostas foram bastante parecidas com as de discussão de classe e Musicoterapia, com a exceção de Olga, que considerou que discussão de classe não é discussão política e, portanto, disse ter participado da primeira, mas não segunda - levantando, em mim, a dúvida do que seria, então, ser e discutir política.

As quatro estudantes disseram que gostariam de participar de momentos de discussões de políticas e de classe. Leila disse que gostaria de participar para saber mais e Virgínia respondeu que acha essas discussões importantes. Carlos, Olga, Horácio, Rosa e Eric disseram que acham a discussão política importante em Musicoterapia, para a vida profissional - “Na vida profissional mesmo até, em questão de motivação, de ter um lugar que é reconhecido, que é motivado, é discutido” disse Eric. Cecília disse: “quando eu estou diante de uma situação que é pública e envolve uma ação geral eu penso na classe e me envolvo nisso, mas quando eu ‘tô’ ali na minha vidinha com o meu paciente, isso não, tanto faz, não interfere”. Eu relaciono a resposta de Cecília à de Horácio, que disse: “Uma coisa que acontece na Musicoterapia é que, como todo mundo sai da faculdade e tem que colocar o pão na mesa e a única forma que eu tenho como válida de colocar o pão na mesa é atendendo, a gente não faz as outras coisas, as outras coisas tem que ser voluntário pela associação”. Interpretei essa última resposta como diretamente relacionada à hipótese

levantada na introdução deste trabalho: o foco do curso, assim como da maioria das pesquisas, nos temas da disciplina pode gerar essa sensação de que a única opção em Musicoterapia é o aperfeiçoamento para a prática clínica.

Dentro de algumas respostas sobre esse tema, houve críticas sobre como nos organizamos politicamente: Horácio, Olga e Rosa falaram que as discussões políticas e de classe em Musicoterapia são insuficientes ou desorganizadas e que isso gera uma desunião e falta de articulação como classe. Elas consideraram que esse é um ponto crítico para a Musicoterapia.

Percebo que a sensação de união de classe pode surgir com o contato humano, com a sensação de participar de um coletivo, com as próprias discussões políticas e de classe, gerando a sensação de unidade, de um coletivo que agrega pessoas e que, em conjunto, se locomove em alguma direção. Pensando nisso, acho importante destacar que Horácio e Carlos disseram acreditar que o aumento no número de congressos, que misturam pessoas de várias regiões, gera maior percepção de classe e maior sensação de integração. Horácio disse que, quando volta para a rotina, fora do evento, essa sensação também se perde um pouco. As duas pessoas disseram sobre experiências diferentes, de tempos diferentes, mas relataram a mesma intensidade e percepção de “gás para ser musicoterapeuta” - Carlos - após esses encontros.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E MUSICOTERAPIA

As estudantes entrevistadas disseram não saber responder o que são políticas públicas ou sobre a junção entre políticas públicas e Musicoterapia. No entanto, Leila citou a reforma manicomial como uma possibilidade dessa junção. Cinco profissionais - Olga, Eric, Rosa, Horácio e Carlos - citaram as políticas públicas que disseram conhecer, sem as definir - em especial, SUS e SUAS. Horácio também citou as Universidades Públicas Federais e Estaduais como uma política pública. Houve duas definições de políticas públicas: “A sociedade tem uma estrutura e a gente tem que saber quais são as regras da estrutura. E as regras são as políticas”, dada por Carlos e “questões sociais, questões de diferenças sociais, de projetos públicos que visem a melhoria para a população em geral”, por Cecília.

Para além das quatro estudantes que não souberam responder, três pessoas disseram saber pouco sobre políticas públicas e Musicoterapia. Eric, Rosa e Horácio citaram a entrada da Musicoterapia na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁶, o SUS e o SUAS, mas sem definições ou certezas. Rosa e Horácio disseram que “há oportunidade na teoria, mas não na prática” e criticaram o papel incerto que a Musicoterapia ocupa dentro de políticas públicas.

Ligando com a resposta anterior, duas pessoas falaram sobre o papel da Musicoterapia em lutas por inclusão em políticas públicas. Carlos disse acreditar que a Musicoterapia não faz parte de lutas políticas como liderança, e que isso pode ser resultado da própria desorganização de classe e da falta de oportunidades práticas no campo profissional. Já Rosa falou sobre como as associações estão lutando por isso - o que interpreto como uma possível retomada na ideia de dependência da *macropolítica* (já discutida no item 3.2).

Além disso, Cecília citou planos de saúde como políticas públicas e considerou que são “uma forma de ampliar a atuação da Musicoterapia de forma social”. Noto e me interessei sobre como sua resposta teve foco no particular e não passou, de fato, pelo público.

A diferença entre estudantes e profissionais foi notada por mim, já que nenhuma das estudantes soube falar sobre políticas públicas nem sobre este tema relacionado à Musicoterapia. Pode haver, aí, um desconhecimento das possibilidades no âmbito público, inclusive de campo clínico. No entanto, as respostas das musicoterapeutas não foram, em geral, mais profundas: percebi incertezas, críticas e desconhecimentos sobre a relação da Musicoterapia com políticas públicas e pouca fala sobre seu papel. Apesar disso, vale a pena ressaltar que, mesmo com dificuldade quando falando de forma aprofundada, houve grande coesão nos exemplos dados e nos conhecimentos das possibilidades clínicas para a Musicoterapia na área da saúde (SUS e SUAS). As possibilidades de temas sobre a profissão, como as Universidades Públicas, foram vistas apenas na resposta de Horácio.

⁶ CBO: “Documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. A estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977, resultado do convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU.” A(o) musicoterapeuta está enquadrada(o) na CBO pelo número “2263: Profissionais das terapias criativas, equoterápicas e naturopáticas (2263-05: Musicoterapeuta)” desde 2013 (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017).

Geralmente, quando se fala em Musicoterapia, se pensa em temas sobre a disciplina, em detrimento dos temas sobre profissão. Essa é uma das hipóteses deste trabalho, como apresentado na introdução. Nas respostas sobre políticas públicas, percebi uma ligação com esta hipótese, pois todas as entrevistadas se tornaram ou se tornarão musicoterapeutas por uma Universidade Federal, pública e gratuita. Porém, quando perguntadas sobre a ligação entre Musicoterapia e políticas públicas, todas pensaram em campos de atuação clínico - temas sobre a disciplina. Mesmo Horácio, que lembrou dessas políticas públicas (Universidades), não ligou-as com a Musicoterapia.

3.4 REGULAMENTAÇÃO DE MUSICOTERAPIA

As respostas sobre o processo de regulamentação da Musicoterapia foram as mais curtas de todas as entrevistas, já que sete pessoas, das dez entrevistadas, disseram saber que “há um processo de regulamentação”, mas não saber “direito como ele está atualmente”. No entanto, mesmo dizendo ter pouco conhecimento, algumas respostas se elaboraram um pouco, a partir do que as pessoas achavam e/ou ouviram sobre o assunto. As elaborações foram bastante variadas: Joana disse que a regulamentação está distante de acontecer; Leila, que a Associação de Estudantes e Profissionais de Musicoterapia do Estado de Minas Gerais (APEMEMG)⁷ estaria lutando para que a regulamentação ocorra; Olga, que a regulamentação “está em um processo avançado e de forma conjunta”; e Cecília, que “um grupo de musicoterapeutas está em contato com órgãos do Governo para conseguir a regulamentação”. Essas duas últimas respostas me geraram interesse, pois parecem opostas no campo das definições políticas e podem demonstrar que, para além do conhecimento sobre o tema, há grande variedade de pensamentos sobre como ocorre o fazer político em cada pessoa e, portanto, no coletivo.

Ocorreram menos críticas dentro desse tema. As respostas, em geral, trouxeram positividade sobre a possibilidade de regulamentar a profissão. Apenas Horácio levantou algumas questões, dizendo que “o risco da regulamentação é focar na busca de mercado e esquecer a ideia inicial de atender a população. É o lado profissional que, querendo ou não, é importante, mas também nutre uma busca mercadológica” e que considera faltar

⁷ A APEMEMG “foi fundada em 21 de outubro de 2017, por alunos e profissionais que sentiam a necessidade de unir forças e interesses na luta pela profissão no estado de Minas Gerais” (APEMEMG, 2019)

“transparência para a classe como um todo para que todo mundo entenda como está o processo atual de regulamentação da Musicoterapia”. Entendo essa resposta como uma possível crítica aos órgãos de representação e à forma como o processo político está sendo guiado. É possível retomar o conceito de *crise de representação* (LATOURE, 2004), apresentado na introdução, e citar que esse tipo de movimento micro, de crítica, é saudável para que a macro representação siga se transformando e possibilitando mudanças na classe.

Já sobre o estado atual de formalização da Musicoterapia, Maria, Leila e Rosa falaram sobre a relação com a CBO. Sobre regulamentação, Carlos, Olga e Horácio falaram sobre os processos anteriores de tentativas de regulamentação, sendo que Carlos e Olga relataram participação ativa nesses processos. Cecília relatou desconhecer sobre o processo atual de regulamentação e, ao longo de sua resposta, disse: “a Musicoterapia só tem o número profissional, mas não é, a gente não tem um conselho, a gente não tem um registro. E isso tava em discussão, mas parece que o máximo que eles conseguiram foi fazer com que nós ficássemos com uma subclasse da fonoaudiologia, é isso? E a gente tem esse número, essa portaria, a gente tem, mas a gente não é uma classe profissional ainda.”

3.5 ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DE CLASSE EM MUSICOTERAPIA

Iniciarei a apresentação e discussão das respostas das entrevistas a partir de uma contextualização sobre o envolvimento das entrevistadas com os órgãos de organização profissional de Musicoterapia. Cinco pessoas não eram associadas a nenhuma Associação de Musicoterapia - Joana, Virgínia, Maria, Leila e Horácio, que disse “por não ser obrigado à, deveria existir mais diálogo construtivo pra gente real fazer junto”. Joana, Maria e Leila disseram nunca ter participado em ações ou eventos de nenhuma associação de Musicoterapia. Carlos, Rosa, Horácio, Virgínia, Eric, Cecília e Olga disseram já ter participado de eventos promovidos por associações, mesmo que de forma não constante. Carlos, Rosa e Horácio disseram já ter auxiliado em organização de eventos de associações - de Minas ou de outros estados. Além disso, Rosa e Carlos disseram participar ou já terem participado da diretoria de alguma associação de Musicoterapia.

Todas as pessoas entrevistadas já ouviram falar da União Brasileira das Associações de Musicoterapia (UBAM)⁸. No entanto, Joana, Virginia, Leila, Eric e Cecília disseram saber pouco sobre ela, que já leram coisas e/ou ouviram falar em aula, mas “nada aprofundado”. Joana discorreu sobre possíveis definições e funções, dizendo que é um “órgão maior, nacional, que faz palestras e projetos”, Carlos disse que a UBAM “surgiu em um momento no qual as associações precisavam dialogar” e Cecília disse que é uma organização que une todas as associações.

Rosa, Olga e Horácio citaram a ligação forte entre a APEMEMG e a UBAM. Sendo que Rosa e Olga disseram considerar como algo positivo, “boa para a regulamentação”, e Horácio disse que é “perigosa” e que “pode ter sido um dos motivos da desunião da classe após a criação da APEMEMG”.

As respostas que trouxeram definições de associações e órgãos de representação profissional foram diversas, com diferentes definições. Nas entrevistas com pessoas formadas, as respostas se fundamentaram, de forma mais intensa, em críticas e reflexões sobre a história e ações políticas das associações. Nas entrevistas com estudantes, surgiram algumas definições, como a resposta de Leila: “a associação é um órgão para auxiliar na visibilidade da classe, regulamentar a profissão e promover eventos”. Respostas como essa trouxeram a comparação das associações com conselhos, demonstrando a junção de dois órgãos que são diferentes em suas definições e ações políticas

Joana e Virgínia disseram considerar que a APEMEMG é “uma associação de estudantes de Musicoterapia”. Joana também disse que a associação é como “conselhos de outros cursos”. Nessas duas respostas, observei mais foco estudantil do que profissional, dando-me a impressão de que pode haver uma separação interna entre ser estudante e ser profissional, mesmo considerando que estudantes estão no processo de se profissionalizar.

Eric, Horácio, Rosa e Cecília disseram ter participado da fundação da APEMEMG, sendo que Eric e Cecília disseram ter se afastado no início do processo e que estão, hoje, associadas, mas afastadas politicamente, enquanto Rosa e Horácio disseram ter seguido no processo de elaboração do estatuto dessa associação.

⁸ A UBAM “nasceu no ano de 1995 com a função de representar musicoterapeutas do Brasil e as Associações Estaduais de Musicoterapia” (UBAM, 2019)

Percebi que algumas respostas se interligavam e se comunicavam de alguma forma, mesmo que as pessoas não tenham sabido dessa ligação e/ou trocado essas reflexões entre si. Uma dessas relações aconteceu sobre a função e os objetivos de associações e sobre a diferença entre associações e conselhos. Uma dessas respostas foi de Horácio: “considero que a associação tenta fazer o papel de órgão fiscalizador, mesmo não sendo este o seu papel”. Ele também disse considerar que a “UBAM também realiza este papel de órgão regulamentador da Musicoterapia, mesmo não sendo o seu papel atual em uma ocupação não regulamentada”. Já a outra resposta foi dada por Rosa: “o processo de regulamentação está mais próximo do que antes e, infelizmente, essas pessoas que não se unem, não associam, com a associação vão ter um problema. Porque vai virar conselho e, virando conselho, a pessoa só vai poder exercer se ela tiver associada”. Nessa segunda resposta, interpreto que a necessidade das associações pode se relacionar mais com o futuro e com órgãos fiscalizadores do que com a importância das associações no presente e suas características conceituais.

Rosa e Horácio tiveram respostas que dialogaram, em especial, sobre a sensação de desunião na classe de Musicoterapia e possíveis papéis de associações nesse processo. As duas disseram que foi um movimento realizado, principalmente, por estudantes que sentiam a necessidade de uma representação e disseram também, que, na época da formação da APEMEMG e da criação de seu estatuto, sentiam “maior sensação de união de classe e que, agora, a sensação é de desunião”. Até esse ponto as duas respostas seguiram unidas, se separando nos motivos que cada uma trouxe para essa sensação de desunião. Horácio disse considerar que a desunião aconteceu por interferências e ordens de órgãos maiores. Já Rosa disse que ocorreu porque “as pessoas não sabem o que são associações e para o que elas servem” e que “não há adesão a eventos mesmo que eles ocorram”. Vale lembrar que nenhuma entrevistada, nem mesmo Rosa ou Horácio, falou qual é a necessidade atual de uma associação para Musicoterapia ou de se associar.

Essas respostas me interessaram por vários motivos, sendo um deles a sensação de união e desunião de classe trazida sobre a formação da APEMEMG, já que ela aconteceu a partir da união de algumas pessoas, de um pequeno grupo e não uma unidade de classe que incluísse grandes representações de pessoas formadas e estudantes de

Musicoterapia. No entanto, a sensação, segundo observado nas respostas, foi de união de classe como unidade. Como se a pequena multidão ali presente, que se organizou para representar toda a classe, se sentisse a classe completa e preenchida. Percebo que a sensação de representação é forte para quem representa, gerando percepção de união de classe mesmo sem uma classe grande e completa se unindo. Questiono se isso intensifica a *crise de representação* (LATOURE, 2004), já que quem está representando se sente parte de uma classe que, na prática, não está sendo completamente ouvida - independente dos motivos da não participação.

Além dessas duas respostas com ligações diretas, Horácio, Rosa e Carlos levantaram a questão de “porquê se associar”. Carlos disse que participou de diretorias de associações e que existiam críticas como “porque me associar se for só pra ter descontos em fóruns?”, enquanto Horácio acredita que “há um movimento de imposição e obrigatoriedade em se associar que exclui quem não entra” e que “não há um movimento de mostrar porque é importante se associar”. Horácio e Carlos também disseram que “uma associação precisa ou depende de pessoas associadas para existir”. Rosa disse que as pessoas não se associam dizendo: “ah, mas o que que isso vai trazer de benefício pra mim agora?” e disse considerar que “as pessoas não sabem a importância de uma associação nem sabem o que ela é e, por isso, não se engajam ou se associam”.

As respostas de Horácio e Rosa seguiram dialogando, falando sobre as possibilidades de atuação de associações e de como agir para que haja maior união. Horácio disse acreditar que as associações devam fazer “fóruns políticos e de discussão de classe como parte do início das ações”, assim como considera que “é importante ser criada uma ouvidoria para que haja diálogo direto com todas as pessoas da classe”. Já Rosa disse que “existem discussões políticas e de classe em reuniões de diretoria de associações” e que “as ações e eventos realizados foram decididos a partir de formulários enviados para estudantes e profissionais de Musicoterapia, de forma a contemplar todo mundo”.

Sobre movimentos e ações da APEMEMG ao longo do último ano, quase todas as pessoas souberam falar de fóruns ou eventos que ocorreram ou que iriam ocorrer, mas não sabiam dizer se havia algum outro tipo de ação sendo realizada. Horácio disse considerar que houve menos movimento da associação no último ano e que só sabia da votação

de nova diretoria, enquanto Rosa disse que a associação realizou ações burocráticas e comentou que “as pessoas acabam não vendo as ações realizadas quando elas são mais internas”.

Para além disso, e considerando as informações coletadas, acredito ser importante finalizar esse tema com uma resposta que considere significativa, dada por Horácio: “não me sinto representado e vejo que há dificuldade no diálogo e na construção como uma classe, coletivamente”. Penso que essa resposta caracteriza a sensação de não representação pelos órgãos de organização de classe, trazida em várias entrevistas. Os diálogos percebidos nessa discussão demonstram respostas, ao mesmo tempo, relacionadas e antagônicas. E, por isso, essas respostas podem ser vistas como uma confirmação da dificuldade de diálogo na construção da classe e, portanto, na sua representação e luta por necessidades comuns.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão das entrevistas possibilitou a minha interpretação de que há pouco conhecimento sobre áreas políticas e de organização de classe pelas entrevistadas, tanto estudantes de Musicoterapia como musicoterapeutas. Também percebi que alguns problemas podem ser gerados por difícil comunicação entre a classe. Comunicação essa que foi possível de ser feita através das próprias análises das entrevistas.

Além disso, as entrevistas permitiram-me discutir que a ideia de organização de classe pode não estar sendo entendida ou vista com clareza na Musicoterapia. Referenciando Lukács (1920), isso pode ser uma dificuldade para nós, musicoterapeutas, na busca de soluções de problemas enfrentados na profissão. Além disso, podemos ligar Latour (2004), em sua teoria da eterna *crise de representação*, e Lukács (1920), quando fala sobre o destino da classe depender “da sua capacidade de ver com clareza”, e observar que a Musicoterapia ainda tem um longo caminho político no que diz respeito aos temas sobre a profissão.

Considerando o histórico de maior número de trabalhos sobre temas da disciplina, é visível a importância de mais pesquisas que tratem de temas sobre a profissão em Musicoterapia. E que, dessa forma, possibilitem que a classe não se estagne e consiga dialogar e ver com clareza sua situação atual para, assim, criar um futuro coletivo e mais saudável profissionalmente.

É importante ressaltar que esse trabalho não se conclui nele mesmo, sendo um panorama geral a partir de um recorte em temas. As entrevistas realizadas geraram conteúdos que não puderam ser explorados nesta pesquisa e que podem ser explorados em pesquisas futuras. Esse material possibilita futuros aprofundamentos em cada um dos temas trazidos neste trabalho, com discussões mais enraizadas e novas reflexões. A intenção foi, no fim, instigar novas pesquisas sobre Musicoterapia e *Políticas*, auxiliando que a Musicoterapia seja uma profissão tão rica em conhecimentos de temas sobre a profissão quanto tende a ser de temas sobre a disciplina.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J., A classe social como processo: o conceito de formação da classe trabalhadora. **Revista de Sociologia Configurações [Online]**, n. 5/6, p. 75-100, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/375>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

BLOG DA ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (APEMEMG). **Quem somos**. Não paginado. Disponível em: <<https://apememg.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

BRUSCIA, K. E., **Definindo musicoterapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Enelivros, 2000.

CHAGAS, M.; BRASIL, C.; CABRAL, B.P., Precisamos falar sobre política. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, n. 24, p. 72-90, 2018.

CHAVES, S.E., Os movimentos macropolíticos e micropolíticos no ensino de graduação em Enfermagem. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 49, p. 325-336, 2014.

CORRÊA, H. V., **Análise das grades curriculares e perfil dos estudantes de graduação em musicoterapia no Brasil**. 59 f. 2017. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

FOUCAULT, M., **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, T. B.; Gestão Em Redes; In: **Pinheiro, R. & Matos, R.A.**, LAPPIS-IMS/UERJ-ABRASCO, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, M. H., **A regulamentação profissional do musicoterapeuta**. 120 f. 2007. Monografia (graduação) – Universidade de Ribeirão Preto. Faculdade de Musicoterapia. Ribeirão Preto, 2007.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S., **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LATOURE, B. Se falássemos um pouco de política? Política e Sociedade, **Revista de Sociologia Política**, n 5, p. 04-40, 2004.

LAVILLE, C.; DIONNE, J., **A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora artes médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUKÁCS, G., **Consciência de Classe**. 1920, p. 1-28. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/consciencia/cap01.htm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

MARANHÃO, A. L., A Visão Integral de Ser Humano como Base na Formação do Musicoterapeuta. In: ENCONTRO SUL-BRASILEIRO DE MUSICOTERAPIA 1., 2008, Curitiba. **Anais... Musicoterapia - Identidade, Formação e Mercado de Trabalho**. Curitiba: Griffin, v. 1, p. 17-26, 2008.

OLIVEIRA, G. C.; LOPES, V. R. S.; DAMASCENO, M. J. C. F.; SILVA E. M., A contribuição da musicoterapia na saúde do idoso. **Cadernos UniFOA**, n. 20, dezembro de 2012.

OLIVEIRA, M. F.; OSELAME, G. B.; NEVES, E. B.; OLIVEIRA, E. M., Musicoterapia como ferramenta terapêutica no setor da saúde: uma revisão sistemática. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 871-878, ago./dez. 2014.

RICHARDSON, Roberto (Org.). **Pesquisa Social**. São Paulo: Ed. Atlas, 3a Ed. 1999.

SAMPAIO, R. T.; LOUREIRO, C. M. V.; GOMES, C. M. A., **A Musicoterapia e o Transtorno do Espectro do Autismo: uma abordagem informada pelas neurociências para a prática clínica**. Per musi [online]. 2015, n.32, p.137-170. ISSN 1517-7599. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/permusi2015b3205>>. Acesso em: 24/07/2019.

SANTANA, D. S. T.; ZANINI, C. R. O.; SOUSA, A. L. L. Efeitos da música e da Musicoterapia na pressão arterial: uma revisão de literatura. **InCantare: Rev. do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, p. 37-57, v.5, 2014.

SANTOS, M; PEDRO, R. M. L. R., Musicoterapia em ação: primeiros movimentos da invenção de uma profissão. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, n. 9, p. 1-12, 2009.

SILVA, L. C.; FERREIRA E. A. B. F.; CARDOZO E. E., A música e a musicoterapia no contexto hospitalar: uma revisão integrativa de literatura. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE MUSICOTERAPIA, 14 e ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM MUSICOTERAPIA, 12., 2012, Olinda. **Anais... Olinda**, p. 75-89, 2012.

UNIÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE MUSICOTERAPIA (UBAM). **Quem somos.** Brasília, 2019. Disponível em: <http://ubammusicoterapia.com.br/institucional/sobre-nos-ubam/>. Acesso em: 26 de novembro de 2019.

Recebido:19/03
Aceito:19/07